

Coordenador
ALEXANDRE STURION DE PAULA
Advogado.
Especialista em Direito do Estado pela UEL.

Ensaaios Constitucionais de Direitos Fundamentais

Servanda Editora

2006

**342.4
E59c**



Ficha Catalográfica Elaborada pela Biblioteca Central da Unicamp

En76

Ensaio constitucionais de direitos fundamentais/

Alexandre Sturion de Paula[et al.] - Campinas, SP: Servanda Editora,
2006. 23cm. 512 p.

1. Direito constitucional I. Paula, Alexandre Sturion de. II. Título.

CDD 342

Índice para catálogo sistemático

1. Direito constitucional

342

342.4
E59c



SUMÁRIO

Notado Coordenador	7
Prefácio	9

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Alexandre Sturion de Paula

1. Intróito	29
2. A amplitude dos direitos fundamentais	30
2.1 Demarcação e denominação dos direitos fundamentais	30
2.2 Características e classificação dos direitos fundamentais	34
2.3 Dimensões dos direitos fundamentais	39
2.3.1 Direitos fundamentais de primeira dimensão	40
2.3.2 Direitos fundamentais de segunda geração	42
2.3.3 Direitos fundamentais de terceira dimensão	44
2.3.4 Direitos fundamentais de quarta dimensão	45
2.3.5 Efetividade dos direitos fundamentais em oposição a retórica política	47
3. A composição da hermenêutica constitucional	49
3.1 Para uma interpretação sistemática do direito	51
3.2 Contextualização da hermenêutica jurídica	56
3.3 Cânones da hermenêutica constitucional	60
4. Judicialização de políticas públicas	64
5. Considerações finais	71
Referencias Bibliográficas	77

DIREITOS SOCIAIS COMO DIREITOS FUNDAMENTAL

Ediclei de Rezende Rosa

1. Introdução	79
2. Histórico dos direitos sociais	80
3. Conceito	91
4. Caracterização	93
5. Pressupostos dos direitos sociais	95
6. Considerações acerca do caráter programático das normas de concretização dos direitos sociais	96
7. Direitos sociais como direitos fundamentais	105
8. Conclusão	113
Referências Bibliográficas	115

**342.4
E59c**



A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, NO ATUAL CONTEXTO MUNDIAL

Erika Maeoka

1. Introdução	117
2. Origem do estado do bem-estar social a atual crise	118
3. Os contornos dos direitos econômicos, sociais e , culturais	125
4. A proteção global dos direitos econômicos, sociais e culturais	128
5. A proteção regional dos direitos econômicos, sociais e culturais	144
6. A proteção local dos direitos econômicos, sociais e culturais	147
7. O interagir entre o sistema internacional e nacional e a sua importância	158
8. Conclusão	161
Referências Bibliográficas	163

O CONFRONTO ENTRE O DIREITO INDIVIDUAL À PROPRIEDADE PRIVADA E A DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA

Fernando Buono

Introdução	167
1. O direito de propriedade	170
1.1 Conceito	170
2. Considerações históricas do direito de propriedade	171
2.1 A evolução do instituto da propriedade - Do privado para o social	171
2.2 O direito de propriedade nas constituições brasileiras	173
2.3 O direito de propriedade na constituição de 1988	176
3. Da função social da propriedade	179
3.1 Considerações gerais	179
4. Da desapropriação	181
4.1 Conceito	182
4.2 Modalidades de desapropriação	183
5. Desapropriação para fins de reforma agrária	186
5.1 Da desapropriação – Sanção	186
5.2 Reforma Agrária – Noção	187
5.3 Desapropriação do imóvel rural para fins de reforma agrária	188
5.3.1 Fator econômico	190
5.3.2 Fator social	191
5.3.3 Fator ecológico	195
5.4 Exceções à desapropriação do imóvel rural que descumpra a função social	197

342.4
E59c



5.4.1 Exceção do imóvel produtivo	198
5.4.2 Exceção da pequena e media propriedade rural	199
6. Garantias constitucionais na desapropriação do imóvel rural por interesse social	200
6.1 Devido processo legal e princípios constitucionais administrativos	201
6.2 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	203
6.3 O controle judicial	207
Conclusão	208
Referências Bibliográficas	211

DIREITOS HUMANOS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

Flavia Piovesan

1. Introdução	213
2. Concepção contemporânea de direitos humanos, sistema internacional de proteção e o valor da dignidade humana	214
3. O princípio da dignidade humana e a constituição brasileira de 1988	225
4. A dignidade humana como o princípio fundamental maior do direito interno e do direito internacional	229
Referências Bibliográficas	233

A TUTELA JURISDICIONAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAL

Flavio Luis de Oliveira

1. Introdução	237
2. A distinção entre ilícito e dano e seus reflexos em relação à tutela jurisdicional	238
3. Perfis da tutela jurisdicional específica	242
4. A importância da tutela específica diante dos direitos fundamentais	248
5. Considerações finais	250
Referências Bibliográficas	251

LIMITES DO PODER CONSTITUÍDE DERIVADO REFORMADOR E REFORMA TOTAL DA CONSTITUIÇÃO

Gustavo Silveira Siqueira

1. Introdução	253
---------------	-----

**342.4
E59c**



2. Teoria geral do poder constituinte	257
2.1 O conceito de poder	258
2.1.1 Teorias orgânicas do poder	259
A. Mudanças no conceito de sociedade	259
B. A sociedade real como um conceito de poder	260
2.2 Estado de direito e constituição	261
3. O poder constituinte originário	263
3.1 Poder constituinte originário fundacional	266
3.1.1 O poder constituinte fundacional primário e secundário	266
3.2 Poder constituinte originário revolucionário	268
4. Poder constituinte derivado	271
4.1 Poder constituinte derivado reformador	272
4.2 Reforma e revisão constitucional	272
4.3 Poder constituinte derivado decorrente	273
5. Emendas constitucionais	275
5.1 Iniciativa	276
5.2 Tramitação	278
5.3 Discussão e votação	278
5.4 Promulgação e publicação	279
5.5 Controle de constitucionalidade da reforma constitucional	280
6. Limites ao poder constituinte derivado reformador	282
6.1 Limitações expressas	282
6.1.1 Materiais	283
6.1.2 Circunstanciais	284
6.1.2.1 Da intervenção federal, do estado de sitio e do estado de defesa	284
6.1.3 Formais	286
6.1.3.1 Fase introdutória	286
6.1.3.2 Fase constitutiva	287
A) Deliberativa parlamentar	287
B) Complementar	287
6.2 Limitações implícitas	287
6.2.1 Normas sobre o titular do poder constituinte reformador	288
6.2.2 Normas sobre a eventual supressão das limitações expressas	289
7. Reforma total da constituição	290
8. Considerações finais	292
Referências Bibliográficas	295

**DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS
E PROIBIÇÃO DE RETROCESSO: ALGUMAS NOTAS SOBRE O
DESAFIO DA SOBREVIVÊNCIA DOS DIREITOS SOCIAIS
NUM CONTEXTO DE CRISE**

Ingo Wolfgang Sarlet

1. Considerações introdutórias	297
2. Proibição de retrocesso, segurança jurídica e dignidade da pessoa humana: algumas conexões	300
3. A problemática da proibição de retrocesso e suas diversas manifestações	307
4. Fundamentação jurídico-constitucional de uma proibição de retrocesso social no Brasil, especialmente em matéria de direitos sociais	313
4.1 Os direitos fundamentais sociais e a crise do Estado social e democrático de Direito: o dilema da manutenção de níveis satisfatórios de proteção social num contexto de crise	313
4.2 Fundamentos da proibição de retrocesso na Constituição Federal de 1988	318
4.2.1 Um olhar sobre o direito estrangeiro: breve apresentação das experiências portuguesa e alemã em matéria de proibição de retrocesso	318
4.2.2 Algumas objeções em relação ao reconhecimento de uma proibição de retrocesso em matéria de direitos sociais	325
4.2.3 Principais argumentos em prol do reconhecimento de um princípio implícito, da proibição de retrocesso na ordem constitucional brasileira	327
4.2.4 Dignidade da pessoa e mínimo existencial como critérios materiais para aferição do alcance do princípio da proibição de retrocesso	337
5. Considerações finais	345
Referências Bibliográficas	349

**REFLEXÕES ACERCA DO CONTEÚDO E SIGNIFICADO DO
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Josiane Cristina Cremonizi Gonçalves

Introdução	357
1. Raízes	358
2. Positivização	365
3. Posicionamento no Direito constitucional brasileiro	369
3.1 Significado	371

**342.4
E59c**



3.1.1 Fundamento	374
3.2 Sujeitos da dignidade	379
3.3 Desdobramentos	382
Conclusão	392
Referências Bibliográficas	395

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS E DIREITOS FUNDAMENTAL NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Sonia Aparecida Yadomi

1. Introdução	399
2. Da tributação e cidadania	400
3. Norma jurídica, princípio e tributação	404
4. Princípios constitucionais, princípios constitucionais tributários e direitos humanos fundamentais	406
5. Tributação e princípios constitucionais tributários	411
6. Conclusão	415
Referências Bibliográficas	419

O NOVO § 3º DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO E SUA EFICÁCIA

Valério de Oliveira Mazzuoli

1. Introdução	421
2. A situação constitucional atual na América Latina	430
3. As incongruências do novo §3º do art. 5º da Constituição de 1988	435
4. Em que momento do processo de celebração de tratados tem lugar o novo § 3º do art. 5º da Constituição?	441
5. Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da entrada em vigor da Emenda nº 45/2004	447
6. Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos independentemente da regra do novo § 3º do artigo 5º da Constituição	460
7. Conclusão	461
Referências Bibliográficas	465

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E AS COLISÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAL

Vivian Tiemi Yamamoto

Introdução	470
------------	-----

342.4
E59c



1. Colisões de direitos fundamentais	471
1.1 Conceito de colisões	474
1.2 Hipóteses de colisões	475
1.2.1 Da concorrência de direitos fundamentais	475
1.2.2 Do conflito entre direitos fundamentais e bens jurídicos constitucionais	476
1.2.3 Da colisão de direitos fundamentais	477
2. Interpretação das normas de direitos fundamentais	478
2.1 Normas constitucionais, normas de direitos fundamentais e demais normas legais	479
2.2 Método hermenêutico – Concretizador	481
2.3 Princípios específicos da interpretação constitucional	483
2.3.1 Princípio da unidade da constituição	483
2.3.2 Princípio da eficiência ou da interpretação efetiva	483
2.3.3 Princípio do efeito integrador	484
2.3.4 Princípio da conformidade constitucional	484
2.3.5 Princípio da força normativa da constituição	485
2.3.6 Princípio da interpretação conforme a constituição	486
2.3.7 Princípio da concordância prática ou da harmonização	487
3. Princípio da proporcionalidade	487
3.1 Origem do princípio da proporcionalidade	488
3.2 Conceito	493
3.3 Elementos parciais do princípio da proporcionalidade	495
3.3.1 Adequação de meios (conformidade ou idoneidade)	495
3.3.2 Necessidade ou exigibilidade	496
3.3.3 Proporcionalidade em sentido estrito	498
3.4 Algumas distinções	499
3.4.1 Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade	499
3.4.2 Proporcionalidade e ponderação de bens	502
3.4.3 Princípio da proporcionalidade e princípio da igualdade	503
4. Conclusão	505
Referências Bibliográficas	509

